

de **Zouza Ramalho Junior** (representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo - SINTRACON-SP); **Sr. Marco Antonio Florenzano** (representante da Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo - APMEC); **Sra Rosilene Carvalho Santos** (representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil - SINDUSCON); **Sr José Carlos Molina** (representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo - SINDUSCON); **Sr Ricardo Gaboni** (representante da GRAO - Grupo de Assessoria para Ações Sustentáveis); **Sr. Caio Santo Amore de Carvalho** e **Sra Heloisa Diniz Resende** (representantes da PARABU - Trabalhadores Comunitários e Ambientais); **Sra Sonia Regina Macedo** (representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT); **Sr Luiz Tokuzi Kehr** (representante do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); **Sr. Emerson Kazuo Nakano** (representante do POLIS); **Sra Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz** (representante do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS-SP) e **Sr Demóstenes Lopes Cordeiro** (representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB). É iniciada pela Sra. Elisabete com a **Aprovação da Ata da 3ª reunião** que foi realizada no dia 17 de junho passado. **Aprovada por unanimidade.** Segundo ponto: Apresentação do Programa de Locação Social, pela Conselheira Sra Nancy Cavallette. **Sra. Nancy** apresenta as características do trabalho social desenvolvido no Programa de Locação Social, na área central, informa que o programa foi originalmente criado para ser transiêntio. Em relação à situação econômica dos locatários informa que no Parque do Gato a maioria das famílias tem uma renda muito baixa, concentradas em renda de meio até 2 salários mínimos; a grande maioria de 1 a 1,5 salário mínimo, se a gente fizer a divisão pela renda per capita a gente vai perceber que a gente tem de ° de salário mínimo a 1 salário mínimo. Nos últimos levantamentos observou-se que no Residencial do Gato 14 famílias apresentam uma renda per capita maior que 1 salário mínimo, 12 das quais são ocupações irregulares. No Olarias a renda é um pouco melhor, mas também é uma renda muito baixa a gente tem aqui famílias com uma renda entre 1 e 2 salários mínimos e a renda per capita de meio a 1,5 salário mínimo. Das famílias com renda maior que três salários (14) 5 são de ocupação irregular. Na Vila dos Idosos a situação é um pouco mais estável: não há nenhuma família com renda menor que um salário mínimo, o que foi critério para ocupação do empreendimento. Com relação às ocupações irregulares, a conselheira apresenta uma tabela que demonstra a evolução da questão nos anos de 2005 até 2008. Percebe-se, pelos dados apresentados que há um número muito representativo de ocupações irregulares nos dois empreendimentos - Gato e Olarias. **Acho importante mostrar o trabalho social que foi desenvolvido** nesses empreendimentos, o esforço das equipes de HABI e COHAB, em tentar resolver os problemas dos 2 empreendimentos. É importante frisar que existe um plantão social desde 2006 até hoje nos 3 empreendimentos. Estamos guardando ainda um estudo que a gente espera que consiga concretizar, para que as famílias que já tenham condições possam sair do empreendimento e sejam disponibilizadas unidades para outros moradores. Temos hoje instalado lá no Olarias duas ONGs: a Aha-Abi e o Anjo Menino, que tem um trabalho destinado a reforçar escolar, capacitação profissional e geração de renda. **Acho muito importante** a gente trabalhar com uma nossa equipe, hoje se você for conversar com qualquer família dos empreendimentos, existe uma credibilidade em relação a equipe social da SEHAB, é uma população não nucleada com demonstração de interesse de ser tutelado pelo Poder Público, tem problemas de manutenção, e a gente tem um problema muito grande ainda de vandalismo, a pessoa tem que ter uma renda mínima e essa renda, tem que ser suficiente para cobrir os gastos que ela vai ter no empreendimento em que vai morar, de locação social, porque senão a gente não dá conta nunca, nós acreditamos no Programa de Locação, porém até tem que ser pensado, então esse trabalho tem que ter outras alternativas de atendimento que não sejam apenas no dia a dia para ser num programa que tem um custo dessa forma". **Sra. Evanzia** - "Acredito muito na locação social como uma ferramenta importante, uma alternativa para habitação, senti falta, no caso especial do Gato e de Olarias que em seguida a gente vai ter um voto a respeito deles, quais são as alternativas que a Secretaria propõem para a solução desses problemas, para gente poder até discuti-las conjuntamente, uma coisa que a gente tem que investir é na formação de comunidade, não acredito em nada que seja tutelado porque essa tutela vai gerar dependência, então esse trabalho tem mais dependência, isso seria a minha proposta para o futuro, que a locação assim como qualquer sistema de habitação, tem que ser feita por adesão". **Sra. Maria José** - "Gostaria de fazer uma proposta assim para que nos Conselheiros e todos pudéssemos chamar uma reunião extraordinária para que possamos discutir a questão do orçamento para o ano que vem, senti um pouco também falta nessa questão das alternativas". **Sra. Tânia** - "Primeiro quando você mostrou, vou falar da oficina de capacitação para o trabalho que não teve adesão, acho que é interessante a gente ver quais foram as propostas colocadas para eles e porque não houve adesão, quais as condições de adesão, que a gente pode pensar nessa direção, já que a gente está falando da dificuldade dos recursos, da dificuldade do acesso. E a outra questão que eu acho que é uma coisa para gente pensar juntos, quando você fala da articulação com as diferentes órgãos do Poder Público e como as forças em conjunto foram realizando conquistas e a referência à política da assistência. Eu acho que a gente tem que resgatar o conceito da política de assistência, que hoje que não tem mais aquela perspectiva de filantropia, é uma política de direitos, eu acho que se a gente somar também a política da assistência social da mesma forma que se colocou Salsp. **Sr. Luiz** - "Tem o Marco Rodrigues" - "O que nós temos é a tirar muitos aprendizados dessa experiência até porque é uma experiência nova no Brasil, nesse programa alternativo para moradia definitiva. Para quem tivesse condições, talvez a própria Prefeitura poderia pensar para não ficar dependendo às vezes só da CDHU, uma alternativa para realmente esse programa ser um programa de meio mesmo". **Sr. Sidney** - "Eu acredito também na locação social...Gostaria de perguntar à Nancy como está sendo a conversa com os ocupantes. Por quê? Porque até então o trabalho que está sendo feito, se está envolvendo quem compra lá irregularmente, qual que é essa conversa com realmente couber na sua capacidade de não colocar, elas vão ser colocadas para rua ou elas vão para um mercado?". Outra questão colocada pelo conselheiro refere-se a pensar a locação juntamente com a alternativa definitiva. Acrescenta que essas discussões devem ser feitas no GT Centro. Considera que talvez o locação social deva ser pensado a partir de uma faixa mínima do que a família pudesse pagar, mas que ela tenha responsabilidades. Fala do exemplo de outro projeto, ligado ao PAR, em que foi sugerido à administradora que as próprias famílias assumirem determinadas funções no empreendimento: "Tiramos a portaria todinha durante o dia, quando a discussão é sobre a portaria a questão da limpeza e não assume são as famílias com cada comissão por andar, e hoje vem funcionando porque a inadimplência que estava crescendo ela já acabou na verdade, porque o que se pagava para a portaria, o que se pagava para o rapaz da limpeza, paga para as pessoas, e elas conseguiram sanar as dívidas. **Sr. Caio** - "Me preocupou duas coisas do final da sua fala, uma aquela história de que é a Secretaria de Habitação e não é de Assistência, a pergunta é qual o atendimento habitacional para as famílias que não tem renda? Uma outra questão sobre a tutela, eu sou a favor dessa tutela provisória para as famílias que não tem renda". **Sr. Ricardo** - "Queriu ouvir um pouco mais sobre o trabalho das ONGs que

está sendo feito lá, a outra questão é com relação a forma de administração do condomínio, queria também entender um pouco da questão física, o Parque do Gato, por exemplo, tem áreas muito grandes, externas". **Sra. Elisabete** - "Acho que se o problema não é no Olarias, são demandas que foram para o local, elas vieram de um conjunto muito diferenciado de movimentos. A Prefeitura tem que aprender um pouco com o que já viu certo, que essa questão do sistema condominial que vocês usam no PAR, que sempre tem funcionado, mas ele foi aplicado com a demanda é sempre com um movimento só. Quanto a questão da manutenção do Gato, temos um trabalho bem integrado lá com a Subprefeitura da 5ª, tem muita gente ligada ao trabalho nos dois. A ideia era trazer para o Conselho porque agora a gente vai apresentar um voto em relação a inadimplência que achamos que tem que resolver. Sidney você é o coordenador do grupo do Centro, a sua ideia você deve por em prática, acho que o grupo tem que se reunir de imediato para discutir. **Sra. Nancy** - na questão da assistência como um direito, dos trabalhos integrados entre as duas Secretarias, eu acho que isso é uma coisa a ser pensada, e a questão das ONGs e das Ocips é uma luz no fim do túnel sim, é uma saída esse trabalho com as ONGs. **Sra. Elisabete** - "Querida só antes da apresentação de voto fazer um agradecimento especial aqui aos nossos bravos guerreiros da COHAB, o Sérgio, Marcelo e equipes, e a Rosa que é a nossa assistente social da HABI e sua equipe, pelo trabalho que realmente são 3 anos". Solicitação de voto CMH n.º 026. **Sr. Marcelo Rodrigues** - "Esse voto na realidade é uma continuidade de esse trabalho que estamos tendo com locação social, o que eu venho propor aqui é realmente mais uma chance das famílias que precisam do programa de locação social para permanecerem no programa de locação social. A minha proposta é de dar a oportunidade de negociarmos a dívida dessas famílias, queremos verificar se há possibilidade nessa negociação de conseguirmos comprometer de 15, no máximo até 20%, o que realmente couber dentro da renda dele. **Sra Heloisa** reforça a ideia de discussão do programa no GT Políticas para o Centro. **Sra. Evanzia** "Qual seria o trabalho a ser feito para fazer com que as famílias que estão inadimplentes passem, não só a ser adimplente como a cumprir com essa dívida anterior e está a fim de quit-la. Em seguida tem a mesma questão na questão da irregularidade, ou seja, são Gato 182 ocupações irregulares, elas também estariam contempladas nesse cálculo que foi feito aqui de inadimplentes ou são contas separadas, e gostaria de ouvir os moradores, acho que a opinião dos moradores, se essa proposta atende a eles, porque se para os moradores for uma proposta boa, nós temos que ser a favor e apoiar, não temos nem que discutir muito, que o GT do Centro fizesse um trabalho em relação a essa proposta antes que nós votássemos. **Sr. André** - "Eu queria saber se tem um estudo de estimativa de adesão para essa proposta, se a equipe social já tem algum número". **Sr. Demóstenes** - "Os números demonstram que a locação social é um fracasso, eu sou a favor da locação social desde que ela fosse promovida pela Casa Civil ou por uma outra Instituição, a Secretaria de Habitação fazer locações subsidiadas é desperdício de dinheiro, a negociação deveria também optar por adquirir, indenizar essas famílias para que elas se retirassem dos imóveis, se fosse necessário uma força policial para retirar de lá porque não será possível e vender esses imóveis no mercado como a CDHU faz". **Sra. Rosalena** "Só um esclarecimento de uma dúvida que eu queria entender essa questão da proporção do condomínio em relação a proporção ao aluguel, não só em termos de dívida, mas da composição da prestação, eu queria discordar um pouco da posição do representante da OAB nessa questão da locação social especificamente, porque eu acho que por mais problemas que a gente tenha de solução dessa alternativa, mas essa alternativa quando a gente pega os dados dos imóveis vazios que nós temos em São Paulo e no Brasil inteiro, são 4 milhões e 600 mil imóveis no Brasil, só em São Paulo são quase 500 mil, parabenizo a Secretaria até por ter esse desenvolvimento com uma população que tem um longo prazo e não como uma coisa só assistencialista". **Sra. Ivaneete** - "No Conselho passado eu dei aqui um voto sem pensar e acabei dando um tiro no meu pé que é o caso do São Vito, eu queria fazer uma proposta, para que numa próxima reunião que fosse a última discutida, a gente desse o encaminhamento final para essa questão, tem caminho que está chegando de madrugada, caminho de fora e está jogando um monte de entulho, um monte de sujeira na área ali do Parque do Gato, próximo ao bloco 140, o cidadão ali foi muito infeliz está certo, ele pensou um pouco na classe média que tem uma coisa não ganha nada, vamos assumir a responsabilidade mais um pouco e tentar encaminhar que seja bom para as duas partes. O tráfico tem em todo local. Para eu ser eleita Conselheira, também tive apoio do pessoal lá do Parque do Gato, o Sidney também teve apoio, então a gente tem que ver direitinho qual é a necessidade de todas as famílias lá, o que é que está acontecendo para depois a gente vir aqui e dar um voto, tem pessoa que fala: "olha, eu tinha um acompanhamento social e falou que depois eu ia sair daqui e ia conquistar a minha moradia definitiva, até hoje não me perguntaram nada", vamos reivindicar locação social porque é a saída para quem não tem como adquirir a sua moradia definitiva". **Sr. Elton** - "Com relação a locação social, os contratos estão começando a vencer, estamos em fase de renovação de contratos, então é o momento que temos que tomar uma decisão, o que fazer, foi colocado aqui também a falta de outro tipo de alternativa habitacional, a partir do ano que vem nós teríamos mais um instrumento para ajudar a tocar a política habitacional de São Paulo que é o Programa de Parceria que esse Conselho aprovou no final do ano passado, é uma proposta que pode ser colocada desde que não provoque novos adiantamentos, depois colocamos a proposta de adiar e levar para o grupo do Centro ou de votar na forma que está". **Sr. Elton** - "O que nós temos é a situação de quem não tem a realidade é ter uma ferramenta para poder executar esse programa, se não houver adesão infelizmente teremos que remover essas famílias, porque com a dívida não poderão permanecer, assim reza a resolução, então como a resolução não possui nenhuma tratativa com referência a pagamento de inadimplência, da forma que está é que estamos fazendo essa proposta de voto, com intenção de promover realmente quem precisa permanecer no projeto de locação, esse cancelamento de ação seria apenas para as famílias que realmente aderirem a este pagamento das dívidas das formas propostas e da forma que realmente couber na sua capacidade de não pagar com moradia. Como nós temos prazos legais não podemos adiar essa decisão por muito tempo, então a minha proposta é levar essa discussão para a Comissão do Centro com apoio da COHAB e do pessoal social da SEHAB, que é HABI, e antecipar para o começo de setembro a reunião do Conselho Municipal para tomar a decisão final.Fica aprovado assim, a semana que vem uma reunião do Conselho do Centro e o começo de setembro uma reunião do Conselho Municipal de Habitação, dia 13 então fica confirmada a reunião do Conselho do Centro, em 21 de outubro, a Comissão de Voto CMH n.º 270. **Marcelo Redher** - "O objeto desse voto, que é o voto número 270 autorização para despesas com contratação de serviços e obras de infraestrutura visando a regularização do empreendimento habitacional Jardim Miriam II e III num valor estimado de 2 milhões e 600 mil reais. Esse empreendimento está em processo de regularização e é objeto de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público contra a Prefeitura Municipal de São Paulo. Esse retorno já tem na conta do Fundo Municipal de Habitação de retorno de comercialização que veio quando passamos o empreendimento Parque Europa para o CDHU, o que já tinha sido efetuado, o CDHU retornou para o Fundo Municipal de Habitação". **Sra. Evanzia** - "O Fundo Municipal

está com suas rubricas todas comprometidas para o ano de 2008, então de onde vai sair esse dinheiro? Me pergunto qual é o papel do Conselho, porque decisão judicial não se discute, se o cliente, gostaria de saber se não há condições de recursos suplementares ao Fundo Municipal de Habitação, para cumprir essa decisão judicial e já vale também para o próximo voto que envolve a mesma questão, precisamos aí fazer um cronograma, uma discussão sobre a regularização dos empreendimentos do Fundo Municipal". **Marcelo Redher** - "Na verdade tem a formalidade que nós temos que consultar o Conselho Municipal de Habitação para utilização de recursos do Fundo Municipal. Esses empreendimentos eram do antigo Funaps que o Fundo sucedeu. Quanto aos recursos eles não são orçamentários, quer dizer, eles não estavam no orçamento do Fundo, é um recurso de retorno de comercialização relacionado ao Empreendimento Parque Europa, que era um mutirão onde se tinha investido 6 milhões e 800 mil reais em nome pelo Fundo Municipal, e nós fizemos a rescisão do convênio com o mutirão e passamos para o convênio com o CDHU. Então ele está sendo construído com recurso do CDHU, são 680 unidades na Zona Sul, e o CDHU reembolsou o valor do que já tinha sido gasto no empreendimento. Então tem essa verba extra de 6 milhões e 800, quer dizer, nós tínhamos uma pretensão de um orçamento maior e o que veio foram os 50 milhões que já estão comprometidos, agora quanto a parte de cumprir ou não, pela formalidade nós temos que trazer, quer dizer, se o Conselho não aprovar aí é um outro problema que eu não temos que ver como vamos fazer". **Sra. Elisabete** encaminha para votação. **A Solicitação de Voto foi aprovada por unanimidade.** **Sr. Elton** passa para o próximo ponto de pauta: Solicitação de votos 028/2008, autorização para despesas com contratação de serviços de obras para implantação de sistema de extração de vapores na área Nossa Senhora da Penha em atendimento a determinação judicial no valor estimado em 850 mil reais. Apresentada a solicitação e colocada em votação a **Solicitação foi aprovada por unanimidade.** **Sra. Violeta** apresenta um resumo das demandas em relação ao trabalho e convênio dos coordenadores presentes a fazerem os adendos que considerarem necessários. **Sra. Tânia** pede a palavra e registra que em relação ao GT Acompanhamento Orçamentário já se agendou uma nova reunião para o dia 22 de agosto, às 14 horas, em HABI. Registra também que a área financeira fez uma apresentação inicial e era necessário estar presentes a área técnica e a área financeira para os presentes podermos entender a planilha apresentada. No entanto, a pessoa responsável por essa área se retirou da reunião e o grupo ficou sem as informações, inclusive em relação ao orçamento de 2009, que também havia sido solicitado. Solicita essa informação para a próxima reunião. **Sr. André** - "Estamos convocando uma nova reunião para o dia 22/08 às 10hs, retomando as atividades para avançarmos mais na análise das questões do plano estratégico de habitação". **Sr. Violeta** - "O grupo de Desenho Urbano, vamos voltar a nos reunir agora em agosto com a convocatória para dar seqüência a um curso ligado a desenho urbano na área de intervenção em favelas e assentamentos precários". **Sr. Mario** - "Com relação ao GT Regularização, temos reunião agora sexta-feira as 10hs da manhã, onde vamos estar conversando sobre a regularização do bairro da Chácara do Centro, sobre o trabalho que a conselheira e quem está interessado em estar vindo participar". Terminados os informes em relação aos GTs. **Sra. Evanzia** informa aos presentes sobre a Campanha Moradia Digna. "É bom estar fazendo algumas reflexões sobre a construção de uma política de habitação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, a política de educação e a política de saúde tiveram um grande avanço quando a partir de um marco legal e a partir da Constituição se determinou recursos estáveis para a saúde, para educação. A primeira ousadia que fizemos foi uma articulação que ela é suprapartidária, passa por supra-segmentarista, mas que tem um ponto em comum, a defesa do direito a moradia digna, começamos a coletar as assinaturas dos parlamentares já que é preciso de um número de 170 assinaturas e temos agora já 189 parlamentares apoiando essa iniciativa de todos partidos, viemos convidar vocês para o lançamento da campanha em São Paulo que vai ser segunda-feira dia 11 de agosto as 14 horas no Auditório Franco Montoro da Assembleia Legislativa. Em novembro pretendemos entregar com uma grande marcha a Brasília, esse 1 milhão de assinaturas, teremos uma reunião mais ou menos em 10 dias e queremos convidar que todas as Entidades integrem o Comitê para fazer essa campanha de fato ganhar as ruas". **Sra. Violeta** informa, a pedido da Conselheira Izilda, que no dia 19 de agosto as 10 horas em HABI, ela vai coordenar a reunião de Mutirões. **Sr. Luiz** - "Que a política habitacional seja dirigida à população em situação de rua, tem várias plenárias com muitas Entidades, mais de 200 pessoas da rua fazendo esse exercício, que cada vez mais pudesse estar sendo trazido essa problemática para ser discutida como problema de habitação também". **Sra Ana Maria** - "Precisamos avançar para que a gente possa até o final do ano trazer uma boa notícia para quem está esperando a sua moradia, vou ao nosso Conselho Municipal de Habitação, eu sei Secretaria de Habitação que trabalha muito mesmo, e todas essas pessoas envolvidas na luta por melhores condições de vida para o nosso povo". **Sr. Elton** agradece e encerra a reunião.

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMMH.
 Extrato das deliberações dos Membros do Conselho Municipal de Habitação-Gestão 2007/2009, na 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA CMH.
 Data: 23.09.2008
 Horário: 15 horas
 Local: Sala de Reuniões de HABI G

Empenho abaixo relacionadas, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

EMPRESA: PROMOCION. N.E.
 MASTER DIAGNOSTICA PROD. LABS E HOSPS LTDA. 2008-021.281.22 - Pregão 17108 2625

NEGÓCIOS JURÍDICOS

Procuradoria Geral do Município

**DEMONSTRATIVO DE COMPRAS EFETUADAS E DOS SERVIÇOS CONTRATADOS PELA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO RELATIVO AO BILÉES DE AGOSTO/08 DE ACORDO COM O ARTIGO 16 DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93 E ARTIGO 116 - L.O.M.S.P. N.º N.E. OBJETOFONECEDOR QTD.UNIT. PREÇO TOTAL

COMPRAS	GLOBAL	PRECIO	TOTAL
4814-33903000			
67959 Aquisição de Peças de Elevador	Global		
Adtech Tecnologia Ltda		200,00	
68857 Aquisição de Papel Sulfite A 4	Global		
Megadata Distribuidora de Prod. de Informática Ltda		4,00	33.600,00
1710-4490200			
67195 Aquisição de Placas de Aço Escovado	Global		
Ciplac Indústria e Comercio Ltda ME		180,00	
67200 Aquisição de Placas de Aço Escovado	Global		
Ciplac Indústria e Comercio Ltda ME		400,00	
6745 Aquisição de Amíniós e Arquivos- FSC	Global		
Suavelec Alencar da Silva		78.160,00	
2170-33903000			
69105 Aquisição de DVD-R Grav. e DVD-RW Regravável	Global		
Unic. Central Distribuidora de Materiais Ltda		4.849,70	
71190 Aquisição de Licenças Software	Global		
Geograph Informatica e Servicos Ltda		31.150,00	
2170-4490200			
68297 Aquisição de Impressoras a Laser	Global		
Tomo Informatica Ltda		18.900,00	
4814-4490200			
67646 Aquisição de Eletrodomésticos	Global		
Direta Distribuidora Ltda		7.401,00	
67668 Aquisição de Eletrodomésticos	Global		
M.Fornigoni Comercial Ltda		1.075,50	
67670 Aquisição de Eletrodomésticos	Global		
M.Fornigoni Comercial Ltda		1.075,50	
67695 Aquisição de Inglês Eletrôn. e Cursos	Global		
Blessing Papelaria Comercio e Servicos Ltda EPP		01.445,00	445,00
Total de Compras			177.436,70
SERVIÇOS			
4817-33903000			
66167 Honorários Periciais - Agosto/08			
Silvio L.P. Souza		1.501,06	
66268 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Antônio Mota Filho		14,79	
66271 Honorários Periciais - Agosto/08			
Alcides da Silva Botelho		13.873,87	
66277 Honorários Periciais - Agosto/08			
Júlia Kazuko Saito		103,53	
66530 Honorários Periciais - Agosto/08			
Vausto Flaminio Brindatti		1.800,00	
66770 Honorários Periciais - Agosto/08			
Inêcio Roberto Tardelli		14.000,00	
66779 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Wesley Pereira Cardoso		14,79	
66783 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Liliana Astolphini Goldoni		14,79	
66839 Honorários Periciais - Agosto/08			
Paulo Renato de Oliveira Rocha		11.702,53	
66946 Honorários Periciais - Agosto/08			
Sidley Vercato Bertoni		1.742,68	
66947 Honorários Periciais - Agosto/08			
Silva Franca Pinto Carvalho		1.255,46	
66949 Honorários Periciais - Agosto/08			
Denise Moraes		827,70	
67262 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Antônio Mota Filho		29,58	
67267 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Conceição Aparecida Gabriel		44,37	
67271 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Estevão Garcia de Almeida		44,37	
67274 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Francisco Roberto Nery Coutinho		14,79	
67280 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Hedy Therézinha Fernandes Tartari		14,79	
67284 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
José Evangelista de Carvalho		14,79	
67287 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Justiça Florio		14,79	
67290 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Isaura Tomasi Utdia Iwakawa		59,16	
67294 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Iza Saeko Taira		14,79	
67309 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Maria Alia Alves Pereira		414,12	
67312 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Paulo Milas Lopes Andre		29,58	
67319 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Patrícia Dornelles Felipelli		14,79	
67323 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Salira Rosenberg		44,37	
67326 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Sandra Fátima Ferreira da Silva		29,58	
67329 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Suely Kazuko Shimabukuro		44,37	
67331 Honorários Periciais - Agosto/08			
Kátia Leone Reis Mazzi		59,16	
67615 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Isaias Vidal de Souza		14,79	
67617 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Isaias Vidal de Souza		29,58	
67825 Honorários Periciais - Agosto/08			
Vera Regina Sá Toledo		1.857,98	
67831 Honorários Periciais - Agosto/08			
Flávio Fernando de Figueiredo		2.380,00	
67839 Honorários Periciais - Agosto/08			
Shunji Nishimura		1.925,00	
67927 Honorários Periciais - Agosto/08			
Luiz Augusto Lette de Souza		800,00	
67990 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Leonardo Teixeira Tashiro		207,06	
68056 Honorários Periciais - Agosto/08			
Luiz Antônio Grieco		2.700,00	
68421 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Antônio Mota Filho		59,16	
68424 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Benedit Spínelli		44,37	
68434 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Benedit Telles de Freitas		14,79	
68441 Honorários Periciais - Agosto/08			
Pedro Carlos Espíndola Madoglio		1.800,00	
68447 Honorários Periciais - Agosto/08			
Flávio Fernando de Figueiredo		5.390,00	
68449 Honorários Periciais - Agosto/08			
Eduardo Elias Franhan		12.970,15	
68451 Honorários Periciais - Agosto/08			
Waldir Pereira Modotto		4.500,00	
68540 Oficiais de Justiça - Agosto/08			
Conceição Aparecida Gabriel		44,37	